

---

METCALF, Peter. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2015. 224 p.

**Cristiane Bade Favreto\***

**Universidade Federal de Pernambuco – Brasil**

*Cultura e sociedade*, do antropólogo Peter Metcalf, é uma obra que reflete o conhecimento antropológico. O livro é composto de dez capítulos, com uma linguagem acessível, e sua coerência e a forma com que os capítulos dialogam entre si o tornam instigante.

O primeiro capítulo, “Deparando-se com as diferenças culturais”, faz uma reflexão sobre os choques e ajustamentos culturais. Para o autor, passamos por mudanças e por choques culturais a todo momento, e nem precisamos viajar para perceber essas questões. O cruzamento de fronteiras está no simples uso de uma gíria que não seja familiar, o que garante a condição de forasteiro. Nesses pressupostos, Metcalf começa mostrando como esse cruzamento cultural foi posto na antropologia, desde a primeira geração até a década de 1960.

Após refletir sobre o choque cultural, o autor pondera sobre o trabalho do antropólogo, que deve desaprender pequenas coisas aprendidas ao longo de sua vida para mergulhar na nova cultura. Nesse viés, ele entende a cultura como processo de socialização. O choque cultural é uma fonte da antropologia e, para Metcalf, ela deve ser negociada a cada visita. Observa, ainda, que são raros os indivíduos que transitam de uma cultura para outra de modo tranquilo.

No segundo capítulo, “Interpretando de maneira incorreta as diferenças culturais”, Metcalf enfatiza as descobertas da antropologia física em relação à discussão sobre raça. Nele, o autor evidencia a importância dessa área da antropologia para a desconstrução do conceito de raças, pois este nos leva a uma interpretação errônea sobre as diferenças culturais.

Para essa análise, evidencia, primeiramente, que o interesse do antropólogo está na compreensão das diferenças entre as pessoas de diversos lugares e com o significado dessas. Mais adiante, fala sobre os limites das espécies

---

\* Doutoranda em Antropologia. Contato: cristiane\_bade@yahoo.com.br

até chegar à análise do pensamento sobre o cruzamento entre raças no século XIX. Pensava-se nesse período que o cruzamento entre raças poderia gerar pessoas inférteis. Para o autor, raça não existe, o que existe são diferenças físicas e isso não demonstra que existem raças no gênero humano.

Depois de fazer essa análise mais biológica, segue ressaltando que raça é uma construção social e não um fenômeno natural. Ou seja, somos nós que dividimos as pessoas nessas categorias chamadas “raças”.

Para o autor, os antropólogos do século XXI reconhecem como verdadeiro que as características chamadas “raciais” são culturais. Nessa perspectiva, Metcalf nos mostra uma pesquisa da antropologia física que denota que todos os “seres humanos” são próximos. Nela, evidenciam-se resultados que mostram que todas as populações humanas atuais são descendentes de uma outra que existiu há cerca de 50 mil anos.

Em “Regras de conduta no convívio social”, terceiro capítulo, Metcalf volta suas análises ao campo da antropologia social, em especial para as mudanças provocadas pelos processos de socialização.

Nesse capítulo, o teórico procura desmistificar a aparente contradição que as culturas estão “ao mesmo tempo dentro e fora de nós” (p. 37), como se ela tivesse desejo próprio. Metcalf acredita que os fenômenos culturais são assimilados com as experiências de socialização e ficam “dentro das cabeças das pessoas”. Durkheim é lembrado nesse capítulo por ser o primeiro na antropologia a discutir essas questões. O teórico “defendia que nossas ações eram influenciadas por aquilo que chamou de ‘representações coletivas’” (p. 39). O autor observa, ainda, que os antropólogos britânicos substituíram o conceito de regra social por representações coletivas.

Para o autor, a afirmação de Durkheim que “as representações coletivas influenciam os indivíduos” é errônea. Metcalf lembra que outros teóricos afirmaram que essa alegação denotava a condução das pessoas por forças coletivas, como marionetes. Para contribuir com essa discussão, lembra que as representações coletivas são significativas para os indivíduos, pois são internalizadas. Mesmo vivendo sob regras, que são internalizadas, os indivíduos possuem liberdade de escolha para expressarem sua personalidade. Desse modo, tal afirmação de Durkheim não se sustenta, segundo Metcalf.

Analisando as relações de *status*, que se modificam de uma sociedade para outra, Metcalf destaca a pesquisa de campo que o antropólogo Raymond Firth fez na Tipokia, Polinésia. Nessa análise, o teórico enfatiza as regras

sociais na sociedade nativa da Tipokia, onde a criança tem vários pais e nasce em uma casa.

Em “Sistemas políticos africanos”, quarto capítulo do livro, o autor contribui com uma apresentação da variedade da organização política da África. Para essa discussão, o teórico usou as pesquisas realizadas por Evans-Pritchard, publicadas em 1940 no livro *Sistemas políticos africanos*.

Nesse capítulo, Metcalfé faz severas críticas à universalização da aplicação do conceito ocidental de política. Assim, são enfatizados casos que reafirmam os pressupostos que denotam essa diversidade de sistemas políticos. O primeiro é sobre o reino de Shakazulu, reino de organização expansionista. Os shakazulu, a partir do século XVIII, modificaram seus rituais de classes etárias para os regimentos militares. A política expansionista desse reino foi a propulsora da criação de chefes. Nessa sociedade, os chefes são criados pelo rei. Estes últimos só criavam parentes distantes porque acreditavam que eram mais leais.

Outro caso é sobre o reino dos bembas, uma sociedade matrilinear. “Os vilarejos bembas são menos estáveis do que os zulus, pois os homens ficam divididos entre sua responsabilidade com seus filhos em um lugar e sua linhagem matrilinear em outro” (p. 60). Metcalf destaca, ainda, que não existia nesse reino uma “administração centralizada e os chefes raramente interferiam nas questões das vilas” (p. 61).

O autor também desconstrói os pressupostos de Hobbes de que toda sociedade tem a necessidade de um governo para a condição de paz entre os homens. Os estudos de Evans-Pitchard com os nuers são um exemplo disso, pois mostram que eles não necessitam do papel “Estado” para terem papéis funcionais. “A sociedade nuer existiu, contrariando Hobbes, pois o povo nuer tinha um conjunto de normas sobre o que era comportamento apropriado. Na verdade, violência de tempos em tempos, mas todo mundo sabia distinguir o que era legítimo e o que não era” (p. 63).

Embora esse capítulo trate de sistemas políticos, ele ganharia maior importância caso abordasse a questão do poder, pois o assunto tratado aí não pode ser dissociado do poder. E assim como não existe um sistema político, também não existe um modo de poder, como nos lembra o antropólogo Éric Wolf (2003, p. 235):

[...] falamos frequentemente de poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a um centro comum, a alguma essência

interna. Isso traz à mente imagens monstruosas de poder, o Leviatã de Hobbes ou o Minotauro de Bertrand de Jouvenel, mas nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder implicados em tipos diversos de relações.

O quinto capítulo, intitulado “Antropologia, história e imperialismo”, centra a análise em torno do papel da antropologia no período do colonialismo. Nessa discussão, o autor enfatiza que alguns antropólogos acabaram contribuindo com o projeto de imperialismo, como é o caso da antropologia britânica.

O projeto de colonialismo britânico na África envolvia um governo de administração indireta. Para isso, os britânicos nomearam líderes nativos para a administração desses lugares. Contudo, o sucesso do projeto dependia da familiarização com as normas e costumes locais. É aí que, segundo Metcalf, os antropólogos contribuíram com o colonialismo britânico ao publicar um guia sobre os costumes locais, chamado *Notes and queries in anthropology*. Nesse viés, o teórico aponta que grande parte dos estudos mencionados no livro *Sistemas políticos africanos*, de Evans-Pritchard, foram financiados por governos coloniais, que, portanto, também fizeram parte do projeto imperial.

Porém, o teórico afirma que alguns oficiais da colônia e antropólogos viam uma relação conflituosa. Os oficiais, segundo ele, faziam graves insultos aos antropólogos e postulavam que estes espalhavam ideias perigosas.

O autor também faz uma crítica aos pressupostos dos funcionalistas estruturais, que surgiram durante o colonialismo. “Eles colocam outras culturas em uma redoma, em sua forma original, como explicações em um museu. Os relatos funcionalistas fizeram com que as sociedades africanas parecessem imutavelmente presas aos ‘costumes’, em vez de um caldeirão de agitação e ruptura” (p. 77).

É comentado, entre outros pontos relevantes, o papel dos evolucionistas nos projetos do neoimperialismo. Os evolucionistas faziam com que o avanço tecnológico fosse sinônimo de superioridade, fortalecendo a moral dos projetos neoimperialistas.

Para encerrar a discussão desse capítulo, Metcalf destaca o contexto histórico no período pós-colonialista. Ressalta que as mudanças foram poucas, pois, mesmo com a queda dos governos imperialistas, o imperialismo não deixou de existir nesse momento, bem como os antropólogos e o poder imperial mantiveram relações.

No sexto capítulo, “Cultura e linguagem”, o autor contextualiza os postulados das antropologias britânica e americana no século XX, que reagem ao chauvinismo dos pressupostos evolucionistas no momento de formação das primeiras nações.

Ainda nesse capítulo, ressalta as tradições antropológicas em outros países. Nesse viés, aborda que os estudos antropológicos não se limitam às duas escolas apontadas anteriormente. Na Índia, o governo vem financiando pesquisas sobre grupos minoritários por mais de um século e emprega um número substancial de etnógrafos. O Japão mantém um instituto de pesquisas desde os anos 1950, ativo particularmente no Sudeste Asiático, e há outros casos (p. 92).

Após enfatizar as tradições da antropologia até meados do século XX, o teórico volta a análise para a antropologia linguística. Na ocasião, Metcalf enfatiza o quanto a linguagem é fascinante para os antropólogos. “Em primeiro lugar, a linguagem demonstra claramente a relação entre biologia e cultura. Isto é, a linguagem é claramente tanto biológica quanto cultural ao mesmo tempo, e lógicas diferentes se aplicam a cada aspecto” (p. 39).

Em seguida, o autor chama a atenção para a importância e necessidade de uma disciplina para aprender a diversidade de línguas. Além disso, destaca que o método comparativo não pode ser usado no estudo das línguas. Observa, também, que cada língua possui uma sonoridade diferente.

No sétimo capítulo, “Cultura e natureza”, discute a relação entre cultura e natureza. Desse modo, inicia o texto ressaltando que cada cultura expressa uma visão de natureza e que esta última é uma construção da cultura.

Retomando a discussão da relação biológica e cultural, o autor dá exemplos sobre os maoris, destacando que eles associam o lado esquerdo com mulheres. Entretanto, destaca Metcalf que não existe explicação biológica para isso.

Posteriormente, trata sobre a morte e como alguns povos lidam com ela, destacando também o que é e quando é morte para a ciência. Na sequência, explora as práticas curativas, salientando a importância de maiores estudos nessa área.

Nesse capítulo, o autor reforça a importância de estudar a medicina comparativamente, destacando o importante papel que a antropologia médica teve ao tratar de práticas curativas não ocidentais como conhecimento. Nesse sentido, ele nos mostra que tanto as práticas curativas quanto a medicina ou a ciência não estão livres de erros, pois são feitas por seres humanos carregados de preconceitos.

No capítulo oito, “O fim das tribos”, o autor nos mostra que atualmente existem poucos povos autóctones, o que não significa que eles foram extintos, mas que podem ter se integrado a outros povos. Observa, nesse sentido, que os seres humanos se fragmentam em diversas culturas e, nesse viés, o campo de estudo da antropologia não se esgota nem os povos são extintos.

Nessa seção, também destaca estudos que apontam as causas da redução da população indígena. “De acordo com algumas estimativas, a população indígena das Américas, do Norte e do Sul, foi reduzida em 90% naqueles séculos – uma enorme calamidade humana. Grande parte das mortes foi causada pela repentina introdução de doenças [...]” (p. 141). Porém, o autor nos mostra um caso em que a população reagiu à desintegração. O caso analisado é o dos maoris, cuja população desde a metade do século XIX começou a crescer rapidamente. Porém, a sua língua sofre constante ameaça.

Metcalf também ressalta que, mesmo com os efeitos da globalização interferindo na vida das pessoas de todo o mundo, existe uma tendenciosidade de desconhecer a mobilidade dos povos tribais.

Em “Cultura e indivíduo”, Metcalf aborda como os indivíduos respondem às interferências culturais. Para isso, dá ênfase inicialmente no intermédio da biologia humana e da psicologia individual através da percepção cultural. Como exemplo, ressalta os sonhos, mais especificamente que seus significados passam por meio de uma lente cultural.

Na sequência, aponta que o estudo sobre a personalidade foi a ponte entre a antropologia e a psicologia. Nesse sentido, enfatiza que a antropologia americana foi uma das precursoras nessa ponte, pois tomava emprestadas, no século XX, ideias da psicologia. Um dos primeiros antropólogos a mediar essa relação foi Boas. “Boas e seus alunos conviviam socialmente com psiquiatras clínicos, e interagiam com eles em conferências e seminários. Alguns dos alunos de Boas passavam por sessões de psicanálise, um processo que exige um investimento considerável de tempo e energia” (p. 162).

Posteriormente, trata de outros antropólogos que usaram termos da psicologia nos seus estudos, algumas vezes de modo preocupante, como o caso de Ruth Benedict em *Padrões de cultura*, ao rotular a cultura do nativo como “paranoica”. É um perigo, segundo Metcalf, misturar jargões de disciplinas.

No último capítulo, “Antropologia crítica”, o autor chama a atenção para a proposta da antropologia do século XX, em especial para os estudos sobre minorias e temas coloniais. A perspectiva de estudar esses temas na

antropologia surgiu em reação aos estudos do século XIX, que eram em parte políticos, mas não eram críticos, segundo o autor. O início dos estudos dos temas nessa área, segundo ele, foi o que originou a antropologia crítica.

Para explicar melhor o surgimento da antropologia crítica, Metcalf retoma os estudos antropológicos do século XIX, em especial o darwinismo social. Nesse momento, o autor também enfatiza que os teóricos da evolução social se aproveitavam dos estudos de Spencer e de Darwin.

Retornando a discussão da antropologia crítica, o autor enfatiza que a antropologia do século XX buscava mostrar os erros do darwinismo. Nesse momento, é muito interessante o *link* que o autor faz com os estudos da antropologia do início do século XX, que buscava dar destaque ao feminismo, mas, mesmo assim, as mulheres quase não tinham espaço nas cátedras das universidades e, quando tinham, eram contratadas com salários reduzidos.

Após discutir a situação de subjugação das mulheres, o autor começa a debater as conquistas da antropologia feminista. Desse modo, o objetivo era inserir as mulheres nas etnografias, tendo em vista que eram raras as que apareciam nesses estudos.

Trata-se, enfim, de um livro que discute o pensamento antropológico e suas relações com diferentes áreas. Além disso, permite pensar antropológicamente diferentes aspectos da sociedade e cultura, desde os sistemas políticos ao cotidiano de mulheres subjugadas.

## Referência

WOLF, E. R. *Antropologia e poder*. Organização e seleção de Bela Feldman Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Unicamp, 2003.